

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

1. Contexto operacional

A "MRS" é uma sociedade anônima de capital aberto, com prazo de duração indeterminado, constituída em 30 de agosto de 1996, com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996.

A Companhia poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando à ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços de transporte ferroviário, objeto da concessão obtida pelo período de 30 anos, a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis por igual período por decisão exclusiva da Concedente, a Companhia arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga.

O contrato de concessão estabelece metas a serem cumpridas pela Companhia, relacionadas com o aumento da produção no transporte de cargas e com a redução do número de acidentes nas linhas férreas. Caso essas metas não sejam alcançadas, a União Federal poderá determinar, por decreto federal, a intervenção na Companhia, pelo prazo máximo de 180 dias, ao final do qual a concessão poderá ser extinta ou devolvida à Companhia. A concessão poderá ser extinta dentro das seguintes hipóteses legais: (i) término do prazo contratual; (ii) encampação; (iii) caducidade; (iv) rescisão; (v) anulação da licitação; (vi) falência ou extinção da Companhia. Em qualquer hipótese de extinção da concessão, a Companhia será indenizada pela União Federal pelo saldo não depreciado dos investimentos realizados. Em 31 de dezembro de 2012, a MRS estava em dia com o cumprimento das metas citadas acima.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis — CPC, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as normas aplicáveis às concessionárias de serviço de transporte ferroviário definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres — ANTT, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de março de 2013.

3. Políticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Tais políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposto em contrário.

a) Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de serviço de transporte

A receita com prestação de serviços de transporte de carga, principal receita da Companhia, é reconhecida quando as cargas são transportadas, conforme contrato de prestação de serviços. O valor justo da receita de serviços é calculado de forma confiável com base nas tarifas previamente acordadas entre as partes.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros e variações monetárias e cambiais sobre aplicações financeiras, adiantamentos a fornecedores, contas a receber de clientes e empréstimos e financiamentos. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal.

Outras receitas operacionais

As demais receitas são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

futuros serão gerados para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável.

b) Instrumentos financeiros

i. Reconhecimento inicial

Os instrumentos financeiros da Companhia incluem, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, fornecedores, empréstimos e financiamentos, contas a pagar e instrumentos derivativos.

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelos seus valores justos acrescidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto para instrumentos que sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

ii. Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado – mantidos para negociação: um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Após reconhecimento inicial os custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de contabilidade de cobertura definidos pelo CPC 38. Também se enquadram nesta categoria as aplicações financeiras da Companhia.

Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis com vencimento definidos para os quais a entidade tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Inicialmente são reconhecidos pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado.

Esta categoria está basicamente representada por contas a receber de clientes pela prestação de serviços e/ou vendas de materiais no decurso normal da atividade da Companhia. As contas a receber de clientes normalmente são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao seu valor presente quando considerado relevante, e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por montante considerado suficiente para fazer face às perdas



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

prováveis na realização dos créditos em atraso. Pelo fato da carteira de clientes estar concentrada em seus acionistas, o risco de crédito é considerado nulo e, desta forma, a Companhia não constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e financiamentos: são passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimento definidos para os quais a entidade tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Inicialmente são reconhecidos pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetiva.

Instrumentos financeiros derivativos: a Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. A Companhia optou por não aplicar a metodologia de contabilidade de cobertura (hedge accounting).

c) Moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia.

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

d) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera caixa e equivalentes de caixa os numerários em espécie, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de conversibilidade imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias, em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

e) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio ponderado de aquisição, que não excede os valores líquidos de realização. Provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

f) Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva de que se tenha incorrido em perda no valor recuperável.

A Companhia avalia anualmente se há evidência objetiva de perda no valor recuperável de um ativo financeiro utilizando os seguintes critérios:

- dificuldade financeira do emissor ou tomador;
- quebra de contrato, tal como descumprimento ou atraso nos pagamentos;
- probabilidade do devedor entrar em processo de falência ou outra reorganização financeira

O valor da perda por *impairment* corresponde à diferença entre a quantia contabilizada do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado pela taxa efetiva de juros original do ativo financeiro. O montante da perda é reconhecido no resultado.

Caso em período posterior, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda do valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado.

g) Impairment de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil dos ativos não financeiros com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se o



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

h) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

i) Imposto de renda e contribuição social – corrente

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. O imposto de renda é calculado com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

j) Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, desde que seja provável que os lucros tributáveis futuros possam absorver as diferenças temporárias dedutíveis e créditos e perdas tributários ainda não utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado quando não for mais provável que lucros tributáveis serão suficientes para absorver o ativo tributário diferido, total ou parcialmente.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados usando-se a taxa de imposto esperada para aplicação no ano em que o ativo será realizado, ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o excedente a R\$240 no ano para imposto de renda e 9% para contribuição social, vigentes na data do balanço.

Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição – RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, da base de cálculo desses tributos, calculando o imposto de renda e contribuição social diferido sobre essas diferenças.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

k) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos ativos. Os terrenos não são depreciados. As taxas anuais de depreciação e vida útil dos principais grupos de ativos são:

Onne de Attent	0/	Vida útil
Grupos de Ativos	%	(em anos)
Imóveis (via permanente, pátios)	6,25	14
Locomotivas novas	4,17	24
Locomotivas usadas	8,33	12
Revisão geral de locomotivas	12,50	8
Vagões	3,33	30
Revisão geral de vagões	10,00	10
Veículos rodoviários	20,00	5
Esmerilhadora e carro de controle (TEV)	10,00	10
Equipamentos e ferramentas	10,00	10
Equipamentos de processamento de dados	20,00	5
Móveis e utensílios	10,00	10



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

I) Arrendamentos Mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamentos mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

m) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Os gastos com desenvolvimento de ativos gerados internamente também são capitalizados e seus valores farão parte do custo do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável, sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A taxa de amortização dos ativos intangíveis, exceto a concessão, foi estimada em 20% ao ano.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

n) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos à captação dos recursos.

o) Arrendamentos e concessões

A Companhia possui concessão onerosa de serviço público decorrente dos contratos de concessão e arrendamento. Embora a Companhia atue sob regime de concessão, sua atividade não se enquadra nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 01 — Contratos de Concessão, em função do Poder Concedente não controlar a quem os serviços devem ser prestados, nem o preço a ser cobrado. Prevalece a relação comercial entre a MRS e seus clientes.

p) Benefícios a empregados

i. Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina um plano de previdência do tipo contribuição definida, o qual requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia.

A Companhia concede também benefício de assistência à saúde pós-emprego a funcionários, conforme Lei 9.656/98 e a Resolução Normativa RN nº 279 de 24 de novembro de 2011, que regulamenta os artigos 30 e 31 da referida lei. O custeio dos benefícios concedidos é estabelecido separadamente para cada plano. Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos, anualmente, como receita ou despesa no resultado do exercício.

Os custos de serviços passados do plano de assistência à saúde são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

são reconhecidos imediatamente após sua introdução ou após mudanças do plano de aposentadoria.

q) Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou sua demonstração do valor adicionado nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 — Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas.

r) Novas normas e interpretações que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretaçãoes de normas são aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2013.

CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – traz a definição de valor justo, estabelecendo em um único pronunciamento uma estrutura para a sua mensuração e as exigências de divulgação. Substancialmente correlacionado ao IFRS 13. A Companhia entende que não haverá mudanças relevantes em suas demonstrações financeiras.

CPC 36(R3) – Demonstrações Consolidadas – cria um pronunciamento específico para às demonstrações consolidadas, determina que as empresas de controle compartilhado não mais serão consolidadas, esclarece os aspectos relacionados a definição de controle e influência significativa e elimina conflitos entre este pronunciamento. Substancialmente correlacionado ao IFRS 10. Não será aplicável à Companhia.

CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades - consolida em uma única norma todos os requerimentos de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos em conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. Substancialmente correlacionado ao IFRS 12. Não será aplicável à Companhia.

CPC 18(R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto – a principal alteração refere-se aos resultados decorrentes de transações ascendentes (*upstream*) entre a controlada e a controladora e de transações entre as controladas do mesmo grupo econômico que devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis da vendedora. Substancialmente correlacionado ao IAS 28. Não será aplicável à Companhia.

CPC 33(R1) – Benefícios a Empregados – as principais modificações referem-se aos planos de benefícios definidos. Ganhos e perdas atuariais passam a ser reconhecidos integralmente como Outros Resultados Abrangentes com isto ficando extinto o método do "corredor". Custo dos serviços passados sem direito adquirido não podem mais ser diferidos pelo período futuro de aquisição do direito ao benefício. A despesa/ receita financeira do plano passa a ser reconhecida pelo valor líquido com base na taxa de



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

desconto, utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido. Substancialmente correlacionado com o IAS 19. Não haverá alteração para Companhia pois nossos benefícios estão na modalidade de contribuição definida.

CPC 19(R2) – Negócios em Conjunto - altera o pronunciamento original, principalmente quanto à eliminação da opção de se consolidar proporcionalmente os investimentos controlados em conjunto, e estabelece a diferenciação entre uma controlada em conjunto (*joint venture*) e acordos de operação conjunta (*joint operations*). A norma apresenta uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Substancialmente correlacionado ao IFRS 11. Não será aplicável à Companhia.

s) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode eventualmente levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e também em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita auferida e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido com base no prazo e nível prováveis de lucros tributáveis futuros.

Benefícios de Aposentadoria

Os custos do plano de benefícios de assistência médica pós-emprego e previdência complementar são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação deste benefício é sensível às mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial é obtido através de mercados ativos. Contudo, quando isso não for viável, o valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação que requerem níveis de julgamento. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisão para Desativação de Ativos

A Companhia provisiona os custos de desativação de fixação das torres de transmissão para uso no sistema de licenciamento de trens da Ferrovia do Aço.

Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto e ao custo esperado para a futura desativação e remoção das torres.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Ambientais

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais cuja possibilidade de perda seja considerada provável pelos consultores jurídicos.

A Companhia revisa periodicamente os valores provisionados e caso identifique alterações processuais, tais como mudança de prognóstico, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos fatos ou decisões de tribunais, as mesmas são ajustadas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Circulante		
Disponibilidades		
Caixa e bancos	2.555	2.000
Aplicações financeiras		
No país:		
CDB	148.522	198.795
Debêntures	148.935	193.218
	297.457	392.013
No Exterior:		
Time Deposit	4.953	4.535
	4.953	4.535
Total das Aplicações Financeiras	302.410	396.548
Caixa e equivalentes de caixa	304.965	398.548

Do total de R\$302.410 (R\$396.548 em 31 de dezembro de 2011) das aplicações, têm-se:

- i. R\$297.457 (R\$392.013 em 31 de dezembro de 2011) aplicados em títulos emitidos por bancos no Brasil. Deste total, as aplicações que não possuem liquidez imediata estão sujeitas ao prazo máximo de 21 dias de carência, podendo ser resgatadas antes do vencimento, sem que haja modificação ou ajuste significativo na taxa de rendimento previamente acordada com a instituição financeira. Essas aplicações são lastreadas em CDB e debêntures (operação compromissada), com remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários CDI, encontrando-se na faixa entre 80,00% e 104,00%.
- ii. R\$4.953 (R\$4.535 em 31 de dezembro de 2011) em aplicações financeiras disponíveis no exterior, em 31 de dezembro de 2012, representadas por depósitos a prazo com remuneração média de 0,25% ao ano.

Classificam-se as aplicações de R\$302.410 como mantidas para negociação, uma vez que fazem parte da política de gestão do caixa da Companhia, com a possibilidade de venda ou de recompra no curto prazo.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo e considerando também as taxas futuras de papéis similares.

5. Caixa restrito

O caixa restrito refere-se à aplicação financeira vinculada aos financiamentos do BNDES relativos ao FINEM e ao DULC, sendo parte da garantia da operação.

Esta aplicação, no montante de R\$26.550 (R\$24.728 em 31 de dezembro 2011), está lastreada em debêntures (operação compromissada realizada com bancos no Brasil) com remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI entre 100,50% e 101,30%.

6. Contas a receber de clientes

O contas a receber de clientes no valor de R\$ 24.574 em 31 de dezembro de 2012 (R\$13.651 em 31 de dezembro de 2011) está representado basicamente pelos valores a receber relacionados aos serviços prestados de frete ferroviário.

7. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com suas controladoras, empresas ligadas e profissionais chave da administração.

As transações com partes relacionadas estão associadas, principalmente, à prestação de serviço público de transporte ferroviário e foram realizadas em prazos e condições normais de mercado.

A Companhia possui os seguintes saldos referentes às transações com partes relacionadas:



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

- Ativo

	Contas a receber		
	2012	2011	
VALE	79.491	41.843	
USIMINAS	35.749	28.962	
CSN	36.298	24.887	
NACIONAL MINÉRIOS	19.547	11.680	
GERDAU	3.646	1.987	
MINERAÇÃO USIMINAS	7.208	9.956	
OUTROS	54		
	181.993	119.315	

O prazo médio de recebimento do contas a receber com partes relacionadas é inferior a 20 dias.

- Passivo

	Dividendos	Passivo com par dos a pagar Adiantamentos de clientes relacionadas		Adiantamentos de clientes		•
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
VALE /MBR	46.059	54.522	475	31	3.576	2.818
USIMINAS	-	-	25	2	2	3
CSN	28.470	33.701	85	21	1.631	16
NACIONAL MINÉRIOS	11.006	13.028	158	158	-	-
GERDAU	1.313	1.554	468	127	68	-
MINERAÇÃO USIMINAS	-	-	-	-	675	-
UPL	11.150	13.199	-	-	-	-
OUTROS	6.676	8.779	<u>-</u>	<u> </u>	<u>-</u>	
	104.674	124.783	1.211	339	5.952	2.837

- Resultado

	Receita de	serviços (*)	Outras rec	eitas (**)	Outras de	spesas
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
VALE /MBR	1.413.046	1.308.255	1.586	12	219	-
USIMINAS	176.058	162.535	34.240	1.199	-	-
CSN	376.175	403.116	3.933	2.135	128	-
NACIONAL MINÉRIOS	409.499	379.127	1.668	881	257	-
GERDAU	67.514	66.734	21.721	68	-	-
MINERAÇÃO USIMINAS	195.368	131.573	338	3.982	-	-
OUTROS	645					
	2.638.305	2.451.340	63.486	8.277	604	



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

- (*) Apresentada bruta de impostos.
- (**) Referem-se basicamente aos serviços prestados de manutenção de terminais ferroviários, soldagem de transporte de trilhos, além de cessão de imóvel, venda de sucata e multa contratual (*take or pay*).

Pessoal chave da administração

A remuneração paga ao pessoal chave da administração da Companhia, a qual inclui seu Presidente e Diretores, estatutários, está demonstrada a seguir:

011
6.020
4.902
132
277
11.331

8. Outras contas a receber

	2012	2011
Títulos a receber	3.605	3.153
Demais contas a receber	8.134	4.920
	11.739	8.073
		_
Circulante	10.071	7.306
Não Circulante	1.668	767

Títulos a receber

O valor de R\$3.605 (R\$3.153 em 31 de dezembro de 2011) de títulos a receber representa o saldo restante dos precatórios adquiridos em 2010 e utilizados em março de 2011 para quitar débitos à vista referentes ao ICMS RJ.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Demais contas a receber

O valor de R\$8.133 (R\$4.920 em 31 de dezembro de 2011) é composto, basicamente, por valores a receber decorrentes de venda de sucata, prestação de serviço de manutenção, aluguéis e outros valores não relacionados ao serviço de fretes ferroviários.

9. Estoques

2012	2011
87.723	94.599
19.914	39.162
10.241	11.189
3.855	2.040
6.713	7.026
1.241	1.738
5.984	5.795
9.670	13.597
<u>-</u>	(2.820)
145.341	172.326
	87.723 19.914 10.241 3.855 6.713 1.241 5.984 9.670

A redução de R\$26.985 nos estoques de 31 de dezembro de 2012 em relação a 31 de dezembro de 2011, deve-se a gestão mais eficiente dos estoques, visando liberar capital de giro e mantendo os índices de atendimento à manutenção.

Em 2012 foi efetuada a baixa da provisão para perda devido à realização dos ajustes de estoques, composto basicamente por itens de manutenção de locomotivas, vagões e via permanente.

10. Tributos a recuperar

	2012	2011
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	149.971	156.662
Antecipação de IRPJ e CSLL	-	10.836
PIS / COFINS a recuperar	57.506	93.713
Imposto de renda retido na fonte	7.535	5.809
IRPJ/ CSLL a compensar	247	50
Outros	472	655
	215.731	267.725



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Circulante	85.683	163.722
Não circulante	130.048	104.003

ICMS

O saldo de ICMS a recuperar do ativo circulante e não circulante refere-se aos créditos decorrentes das aquisições de bens para o ativo imobilizado e das compras de insumos, líquidos de provisão para perda de créditos não recuperáveis, cujo valor em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 56.855 e R\$ 93.116 (R\$79.499 e R\$77.163 em 31 de dezembro de 2011), respectivamente.

De acordo com o Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002, em 03 de janeiro de 2012, foi concedido Regime Especial pela Secretaria de Estado de Fazenda do Estado de Minas Gerais autorizando a transferência de crédito acumulado de ICMS, no valor de R\$72.881, para empresa Usiminas Mecânica S.A., a título de pagamento pela aquisição de vagões durante os anos de 2012 e 2013. A transferência deste crédito se dará conforme cronograma de entrega dos vagões, sendo que o Regime Especial que tinha validade até 31 de janeiro de 2013 foi prorrogado para 31 de maio de 2013.

Antecipação de IRPJ e CSLL

Em 31 de dezembro de 2012 as antecipações do imposto de renda e contribuição social foram utilizadas para compensação do IRPJ/ CSLL a Pagar.

PIS/COFINS a recuperar

Em função de Regimes Especiais concedidos pelo Fisco para alguns clientes da MRS, as receitas de frete sobre mercadorias desses clientes destinadas ao mercado externo, ficaram suspensas de PIS e Cofins. Por consequência, a MRS vinha acumulando saldo credor desses tributos. Entre maio e setembro de 2012, a Companhia compensou os créditos acumulados com outros tributos federais no valor de R\$44.600. O saldo de PIS e Cofins a recuperar no valor de R\$20.574 e R\$36.932 em 31 de dezembro de 2012 (R\$66.873 e R\$26.840 em 31 de dezembro de 2011) no circulante e não circulante, respectivamente, refere-se principalmente ao crédito de bens do ativo fixo que se recupera em 48 parcelas.

Imposto de renda retido na fonte

O montante de R\$ 7.535 em 31 de dezembro de 2012 (R\$5.809 em 31 de dezembro de 2011) refere-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos – *swap*.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

IRPJ/CSLL a compensar

O saldo de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$247 (R\$50 em 31 de dezembro de 2011), refere-se a ajustes de IR/CSLL retidos na fonte sobre serviços de exercícios anteriores. Esses valores serão compensados durante o próximo exercício.

11. Imposto de renda e contribuição social

(a) Tributos sobre o lucro

	2012	2011
Lucro antes do imposto de renda e da		
contribuição social	674.036	792.635
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ/ CSLL pela alíquota nominal:	229.172	269.496
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:	4.793	2.203
Ajuste de estoque	2.473	5.207
Demais despesas com doações	1.100	121
Perda com investimento audiovisual	419	132
Despesa com projeto empresa cidadã	122	136
Ganho REFIS 2009	-	(555)
PAT	(2.301)	(2.166)
Incentivo Fiscal - Lei Rouanet	(1.367)	(1.006)
Fundo da infância e adolescência	(540)	(326)
Esporte	(500)	(349)
Outros	5.387	1.009
IRPJ/ CSLL no resultado do período	233.965	271.699
Corrente	139.038	126.055
Diferido	94.927	145.644
IRPJ/ CSLL no resultado do período	233.965	271.699



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos tributários diferidos registrados no ativo e passivo foram apurados sobre as diferenças temporárias e estão demonstrados a seguir:

_		2012		2011
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Ativo -	Tenua	Social	<u> </u>	Total
Provisão contingências	29.342	10.563	39.905	33.826
Provisões diversas	11.537	4.153	15.690	14.954
	11.557	4.100	15.090	14.954
Provisão ganhos/perdas financeiras	(4.208)	(1.515)	(5.723)	(5.791)
Provisão plano saúde	3.043	1.096	4.139	4.980
Provisão perda ICMS	3.043 897	323	4.139 1.220	4.960 8.073
•	212	323 76	288	1.247
Provisão perda estoque Outros	607	220	827	
Total ativo	41.430	14.916	56.346	1.885 59.174
	41.430	14.310	30.340	33.174
Passivo				
Depreciação	87.330	31.439	118.769	76.397
Depreciação acelerada vagões e				
locomotivas	64.005	-	64.005	24.747
Capitalização de juros	13.477	4.851	18.328	10.488
Instrumentos financeiros derivativos -				
swap	2.146	772	2.918	-
Leasing locomotivas e equipamentos de informática	1.016	366	1.382	1.594
P&D depreciação acelerada 2008 –	1.010	300	1.302	1.594
Lei 11.196/05	222	-	222	279
P&D depreciação acelerada 2009 -				
Lei 11.196/05	16	6	22	41
Total passivo	168.212	37.434	205.646	113.546
Total líquido	126.782	22.518	149.300	54.372



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias estão previstos para serem compensados na medida da liquidação das contingências e demais adições temporárias dedutíveis.

Abaixo estão demonstrados os saldos a serem compensados em até 12 meses e nos próximos exercícios.

		2012	
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Curto prazo	14.513	2.682	17.195
Longo prazo	112.269	19.837	132.105
	126.782	22.519	149.300

(c) Imposto de renda e contribuição social no passivo circulante

	2012	2011
Imposto de renda		
Despesa corrente Antecipações e compensações do período	(90.405) 85.155	(85.602) 93.998
Contribuição social		
Despesa corrente Antecipações e compensações do período	(48.633) 43.523	(40.453) 41.871
Total IRPJ/CSLL a pagar	(10.360)	-

Os valores de antecipação que excederam a despesa corrente de IR e CSLL estão registrados em "Impostos a recuperar" (nota 10).

12. Despesas antecipadas

	2012	2011
Adiantamento arrendamento	170.541	172.941
Outras despesas antecipadas	4.542	1.271
	175.083	174.212



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Circulante	13.107	9.649
Não circulante	161.976	164.563

Adiantamento arrendamento

As parcelas do arrendamento estão registradas no ativo circulante e não circulante nos montantes de R\$8.817 e R\$161.724(R\$8.817 e R\$164.124 em 31 de dezembro de 2011), respectivamente.

Os adiantamentos por arrendamento são apropriados ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de arrendamento (360 meses). A parcela do circulante compreende o montante dos adiantamentos amortizáveis em até 365 dias.

A descrição da operação está mencionada na nota explicativa nº 20.

Outras despesas antecipadas

As outras despesas antecipadas referem-se a despesas com seguros, despesas com serviços de manutenção do sistema operacional (Oracle – EBS) da Companhia e demais obrigações pagas antecipadamente.

13. Outros ativos circulantes e não circulantes

O grupo de outros ativos circulantes e não circulantes é composto da seguinte forma:

	2012	2011
Depósitos judiciais	42.834	45.202
Instrumentos financeiros - s <i>wap</i> (vide nota 29)	26.044	11.899
Adiantamento a terceiros	8.667	20.421
Ativos disponíveis para venda	4.233	4.589
Investimento audiovisual	3.423	4.607
	85.201	86.718
Circulante	8.667	26.643
Não circulante	76.534	60.075

Depósitos judiciais

A companhia possui depósitos judiciais recursais e para garantia de execução à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei. São



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

atualizados monetariamente e ficam registrados no ativo não circulante até que haja decisão judicial. Estão assim distribuídos:

	2012	2011
Trabalhista	16.238	17.570
Cíveis	16.024	17.996
Tributárias	10.572	9.636
	42.834	45.202

Adiantamento a terceiros

Os adiantamentos a terceiros correspondem aos adiantamentos concedidos a fornecedores e funcionários como adiantamento de férias, empréstimos de férias e outros adiantamentos.

Ativos disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda referem-se, basicamente, aos ativos sucateados na operação da Companhia.

Investimento audiovisual

Representam os investimentos realizados para produção de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras, de acordo com a Lei 8.685/93.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

14. Imobilizado

Por natureza, o imobilizado está constituído da seguinte forma:

_	Bens imóveis	Locomotivas	Vagões	Imobilizado em curso	Outros	Total
Custo						
Em 31/12/2011	1.508.509	1.773.906	1.306.940	977.918	235.560	5.802.833
Adições	-	-	_	1.006.806	62	1.006.868
Transferências	492.261	292.632	259.308	(1.137.093)	92.892	-
Transferências p/ Intangível	-	-	-	(16.910)	-	(16.910)
Baixas	-	(21.201)	(3.474)	(5.828)	(6.349)	(36.852)
Em 31/12/2012	2.000.770	2.045.337	1.562.774	824.893	322.165	6.755.939
Depreciação						
Em 31/12/2011	(424.204)	(628.203)	(443.410)	-	(116.165)	(1.611.982)
Adições	(141.705)	(94.080)	(71.706)	-	(30.564)	(338.055)
Transferências	1	-	(648)	-	647	-
Baixas	-	20.206	1.199	-	5.729	27.134
Em 31/12/2012	(565.908)	(702.077)	(514.565)	-	(140.353)	(1.922.903)
Valor residual líqu	ıido					_
Em 31/12/2012	1.434.862	1.343.260	1.048.209	824.893	181.812	4.833.036
Em 31/12/2011	1.084.305	1.145.703	863.530	977.918	119.395	4.190.851

Custos de empréstimo capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados até 31 de dezembro de 2012 foi de R\$36.150 (R\$29.842 em 31 de dezembro de 2011). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de financiamentos passíveis de capitalização foi de 7,9% ao ano, que representa a taxa média dos financiamentos da Companhia.

Arrendamentos mercantis financeiros

Em 30 maio de 2012 liquidamos o contrato de arrendamento mercantil financeiro e desta forma não há saldo em 31 de dezembro de 2012(R\$815 em 31 de dezembro de 2011).

Imobilizações em andamento

As imobilizações em andamento estão substancialmente representadas por gastos incorridos na ampliação, recuperação e modernização da via permanente, locomotivas, vagões e sistemas de sinalização e telecomunicação arrendados, como também na compra de locomotivas e vagões que são transferidos para as contas definitivas do imobilizado e depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Avaliação valor recuperável do ativo

Conforme determina o CPC 01, em dezembro de 2012, a Companhia avaliou o valor contábil de seus ativos e não há nenhuma indicação de perda no valor recuperável a ser reconhecida.

Revisão de vida útil

Em atendimento ao Pronunciamento Contábil CPC 27 – Imobilizado, a vida útil econômica dos principais ativos da Companhia é revisada frequentemente e houve a necessidade de redução da vida útil dos componentes de via permanente e pátios, entre eles trilhos e dormentes, de 16 anos para 14 anos em 2012, conforme laudo técnico elaborado pelos engenheiros da Companhia.

15. Intangível

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	Concessão	Software	Sistemas informatizados	Projetos em Andamento	Total
Custo					
Em 31/12/2011	15.478	5.833	136.256	7.615	165.182
Adições	337	-	-	-	337
Transferências do Imobilizado	-	-	-	16.910	16.910
Transferências	-	4.665	6.913	(11.578)	-
Baixas	-	-	-	-	-
Em 31/12/2012	15.815	10.498	143.169	12.947	182.429
Amortização					
Em 31/12/2011	(6.706)	(3.434)	(79.086)	-	(89.226)
Adições	(444)	(1.597)	(21.013)	-	(23.054)
Baixas	-	-	-	-	-
Em 31/12/2012	(7.150)	(5.031)	(100.099)	-	(112.280)
Valor residual lío	quido				
Em 31/12/2012	8.665	5.467	43.070	12.947	70.149
Em 31/12/2011	8.772	2.399	57.170	7.615	75.956

A parcela referente à concessão (direito de outorga) está registrada no ativo intangível no montante de R\$8.665 (R\$8.772 em 31 de dezembro de 2011) e é apropriada ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de concessão (360 meses).



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

16. Obrigações sociais e trabalhistas

	2012	2011
Obrigações Sociais		
INSS	21.194	17.083
FGTS	5.089	4.245
Outros	907	404
	27.190	21.732
Obrigações Trabalhistas		
PPR – Plano de Participação nos	46.701	36.712
Resultados		
Provisão para férias	28.875	22.686
Bônus	16.267	13.127
Salários a pagar	16.215	13.125
IRRF a pagar	4.640	3.778
Outros	11.308	9.381
	124.006	98.809
	151.196	120.541

17. Obrigações fiscais

	2012	2011	
Imposto de renda	5.249	-	
Contribuição social	5.111	-	
ICMS	4.711	4.611	
Cofins	3.625	1.346	
PIS	787	293	
Outros	2.903	3.671	
	22.386	9.921	



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

18. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão compostos da seguinte forma:

	2012	2011
Moeda nacional	_	
BNDES:	1.415.713	1.296.105
FINAME (a)	619.667	667.627
DULC (b)	436.420	454.082
FINEM (c)	359.626	174.396
Debêntures (d)	581.338	316.057
NCE - Nota de Crédito à Exportação (e)	170.449	170.775
BDMG (f)	41.607	40.119
FINEP (g)	18.210	14.742
IBM - Resolução 2770 (h)	1.784	5.372
Instrumentos financeiros derivativos - swap (vide nota 29)	4.086	-
Arrendamento mercantil financeiro (i)		353
	2.233.187	1.843.523
Moeda estrangeira	_	
Banco de Tokyo (j)	153.453	140.884
Ex-Im (k)	110.522	117.684
FINIMP(I)	70.746	121.875
Financiamento IFC (m)	70.555	94.343
	405.276	474.786
Total de empréstimos e financiamentos	2.638.463	2.318.309
Custos da transação	(8.260)	(9.791)
Total de empréstimos e financiamentos + custo de transação	2.630.203	2.308.518
Circulante	382.448	309.301
Não circulante	2.247.755	1.999.217

O fluxo de amortização dos financiamentos não circulantes é como segue:



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

				Após	
	2014	2015	2016	2016	Total
FINAME	105.365	104.124	101.405	188.176	499.070
DULC	68.264	68.264	68.264	164.540	369.332
FINEM	39.833	50.024	50.024	206.310	346.191
Debêntures	37.500	37.500	137.500	318.750	531.250
NCE - Nota de Crédito à					
Exportação	-	85.000	85.000	-	170.000
BDMG	8.906	8.906	8.906	11.812	38.530
FINEP	3.207	3.207	3.207	5.344	14.965
Banco de Tokyo	-	-	153.263	-	153.263
Ex-Im	17.677	17.677	17.677	39.773	92.804
Financiamento IFC	12.772	12.772	12.772		38.316
	293.524	387.474	638.018	934.705	2.253.721

Em 31 de dezembro de 2012 os custos de transação das captações de recursos estavam apresentados da seguinte forma:

	Curto prazo	Longo prazo			Total		
	2013	2014	2015	2016	Após 2016	Total	
Financiamento							
BNDES – FINEM	124	141	103	86	169	499	623
Debêntures	698	630	557	457	523	2.167	2.865
Financiamento IFC	329	194	121	84	-	399	728
EX-IM	1.105	923	741	559	591	2.814	3.919
DULC/ BNDES	38	31	24	18	14	87	125
	2.294	1.919	1.546	1.204	1.297	5.966	8.260

Moeda nacional:

- (a) Os FINAME's, financiamentos com recursos do BNDES, com saldo de R\$619.667 em 31 de dezembro de 2012 (R\$667.627 em 31 de dezembro de 2011) possuem taxa nominal igual à taxa efetiva e referem-se a:
 - Operação para compra de vagões e locomotivas, sujeitas a encargos de TJLP mais "spread", equivalente a uma TIR (taxa interna de retorno) de 8,2% ao ano, ou taxa



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

fixa de 4,50% ao ano com saldo de principal de R\$619.667 em 31 de dezembro de 2012 (R\$667.421 em 31 de dezembro de 2011).

- Operação de "BNDES Automático", sujeita a TJLP mais "spread" de 2,30% ao ano foi liquidada ao longo de 2012. Essa operação tinha como objetivo a duplicação de trechos da via permanente, dentre outros projetos, e apresentava saldo igual a R\$206 em 31 de dezembro de 2011.

Estas operações possuem como garantia a alienação fiduciária dos bens financiados.

- (b) O DULC, operação direta com o BNDES, com saldo de R\$436.420 em 31 de dezembro de 2012(R\$454.082 em 31 de dezembro de 2011) possui taxa nominal igual à taxa efetiva e está sujeito a encargos de TJLP mais "spread" de 0,58% ao ano até 1,48% ao ano ou taxa fixa de 4,50% ao ano. Esta operação tem como objetivo financiar projetos de gargalos logísticos, de modernização e recuperação de ativos, além de compras de locomotivas. A garantia deste contrato é composta por recebíveis de contratos comerciais, direitos emergentes da concessão e aplicação financeira correspondente ao valor de 3 (três) parcelas a pagar do financiamento.
- (c) As operações de FINEM, contratadas junto ao BNDES, no montante de R\$359.626 em 31 de dezembro de 2012 (R\$174.396 em 31 de dezembro de 2011) possuem taxa nominal igual à taxa efetiva e estão sujeitas a encargos de TJLP mais "spread" de 1,40% ao ano até 4,01% ao ano ou taxa fixa de 5,50% ao ano. Estes financiamentos estão destinados à implantação de equipamentos que visam à redução do número de acidentes ocorridos em áreas urbanas de influência da MRS, à melhoria do ciclo operacional, por meio da eliminação de passagens em nível e da vedação da faixa de domínio e à aquisição de material rodante. Os investimentos incluem, dentre outros, a construção de passarelas, viadutos e passagens inferiores.

Essas operações têm como garantia recebíveis de contratos comerciais, alienação fiduciária dos bens financiados, direitos emergentes e aplicação financeira no valor de 3 (três) parcelas a pagar do financiamento.

(d) Debêntures:

4ª Emissão

A Companhia emitiu, em 9 de junho de 2010, R\$300.000,00 em debêntures não conversíveis sob a instrução CVM n°. 476. A operação tem como finalidade o financiamento de investimentos em expansão da via e modernização e melhorias de equipamentos, locomotivas e vagões. As debêntures foram emitidas em uma série indexada de acordo com a variação CDI mais uma taxa fixa nominal de 1,5% ao ano (taxa efetiva de 1,70% ao ano), sendo juros pagos semestralmente durante o período de carência, de 24 (vinte e quatro) meses, e mensalmente após. O saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$270.418 (R\$316.057 em 31 de dezembro de 2011). No



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as condições contratuais da 4ª Emissão de debêntures permaneceram inalteradas em relação às publicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

5ª Emissão

Em 18 de julho de 2012, a Companhia emitiu R\$300.000 em debêntures não conversíveis sob a instrução CVM nº. 476. A operação tem como finalidade reforço do capital de giro e alongamento do perfil da dívida da Companhia.

A emissão teve as seguintes características:

• Data de emissão: 18/07/2012;

• Espécie: quirografária;

 Séries: as debêntures foram emitidas em uma série indexada de acordo com a variação do CDI acrescida de sobretaxa equivalente a 0,9% definida após o processo de *Bookbuilding*, sendo juros pagos semestralmente durante todo período da Emissão e com amortização anual no 4º, 5º e 6º ano;

• Quantidade: 300.000 debêntures;

• Valor nominal: R\$1 mil

Vencimento: 18/07/2018;

Data de Captação: 18/07/2012;

• Banco coordenador líder: Banco Votorantim S.A.;

• O Banco coordenador líder atuará como formador de mercado buscando fornecer liquidez ao papel no mercado secundário;

Repactuação: não haverá repactuação;

- Resgate Antecipado: as debêntures não poderão ser parcial ou totalmente resgatadas antecipadamente por iniciativa da Emissora;
- Covenants Financeiros: (i) manutenção, durante todo prazo da emissão e desde que haja debêntures em circulação, da relação dívida financeira líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,0 e (ii) manutenção, durante todo prazo da emissão e desde que haja debêntures em circulação, da relação EBITDA/despesas financeiras



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

líquidas superior a 4,0 ou menor que 0 (zero), no caso das Receitas Financeiras superarem as Despesas Financeiras.

- (e) A captação realizada via NCE Nota de Crédito à Exportação, junto ao Banco Santander, com saldo de R\$170.449 em 31 de dezembro de 2012 (R\$170.775 em 31 de dezembro de 2011), possui taxa nominal igual à taxa efetiva correspondente a 111% do CDI e tem por finalidade dar apoio à atividade da Companhia através da ampliação e construção de pátios e terminais, duplicação e manutenção da via permanente, além da aquisição de trilhos. Não há garantia para este contrato.
- (f) O financiamento contratado junto ao BDMG Banco de Desenvolvimento Minas Gerais no valor total de R\$50.000, dividido em duas *tranches* uma no valor de R\$35.000 com taxa nominal igual a IPCA mais taxa fixa de 5,76% ao ano, com TIR de 11,5% ao ano, e a outra no valor de R\$15.000, com taxa nominal de SELIC meta mais taxa fixa de 2% ao ano, com TIR de 11,1% ao ano, tem por finalidade a aquisição de equipamentos para modernização da malha ferroviária. O saldo de R\$41.607 em 31 de dezembro de 2012 (R\$40.119 em 31 de dezembro de 2011) é referente à liberação da primeira parcela do empréstimo no valor de R\$40.000, sendo R\$28.000 referente à primeira *tranche* e R\$12.000 referente à segunda *tranche*, acrescido da variação monetária no período. Este contrato tem como garantia carta de fiança.
- (g) O saldo de R\$18.210 em 31 de dezembro de 2012 (R\$14.742 em 31 de dezembro de 2011) refere-se ao empréstimo realizado junto à FINEP Financiadora de Estudos e Projetos. Este financiamento possui taxa fixa nominal igual à taxa efetiva correspondente a 5,50% ao ano. O objetivo da operação é financiar o projeto "Aplicação de Dormentes de Composto Plástico", cujo foco é o desenvolvimento de alternativas ecologicamente sustentáveis para produção e utilização de dormentes. Este contrato tem como garantia carta de fiança.
- (h) O saldo de R\$1.784 em 31 de dezembro 2012 (R\$5.372 em 31 de dezembro de 2011) refere-se à contratação, em maio de 2008, de um empréstimo na modalidade de repasse efetuado de acordo com a Resolução 2770 do Banco Central, junto ao Banco IBM, no valor de R\$17.719, para aquisição de equipamentos de informática. A operação possui taxa nominal igual à taxa efetiva e está sujeita a encargos de CDI mais 0,29%. A Companhia não constituiu garantia para este contrato.
- (i) O contrato de arrendamento financeiro (*leasing*) de equipamentos de informática, firmado em 24 de abril de 2008, com o valor original de R\$3.056, e prazo de 48 meses, tendo a taxa correspondente a 100% do CDI, foi liquidado em 31 de maio de 2012.

Moeda estrangeira:

(j) O financiamento junto ao Banco de Tokyo, com saldo de R\$153.453 em 31 de dezembro de 2012 (R\$140.884 em 31 de dezembro de 2011) possui taxa fixa nominal igual à taxa efetiva correspondente a 3,19% ao ano de dezembro de 2011 até dezembro



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

de 2013 e 3,44% ao ano de dezembro de 2013 até dezembro de 2016. Contratado e desembolsado em dezembro de 2011, esta operação teve como objetivo reforçar o caixa da Companhia para os crescentes investimentos realizados por ela. A Companhia não constituiu garantia para este contrato.

- (k) O financiamento junto ao US Export-Import Bank (Ex-Im), com saldo de R\$110.522 em 31 de dezembro de 2012 (R\$117.684 em 31 de dezembro de 2011) está sujeito à taxa fixa nominal de 3,30% ao ano, (taxa fixa efetiva de 4,26% ao ano). Contratado em março de 2009 e desembolsado em abril do mesmo ano, esta operação teve como objetivo a compra de 38 locomotivas novas, as quais constituem a própria garantia do contrato.
- (I) Os FINIMPs, com saldo de R\$70.746 em 31 de dezembro de 2012 (R\$121.875 em 31 de dezembro de 2011), estão sujeitos à variação cambial mais juros, compostos de LIBOR mais "spread", equivalente a uma TIR de 2,3% ao ano. Não houve captações de FINIMP em 2012 e para as operações já contratadas a Companhia não constituiu garantia, ou seja, são operações "clean". Estas operações têm como objetivo o financiamento de importações, basicamente, de locomotivas e trilhos.
- (m) O financiamento junto ao IFC, com saldo de R\$70.555 em 31 de dezembro de 2012 (R\$94.343 em 31 de dezembro de 2011), possui taxa nominal igual à taxa efetiva e está sujeito a LIBOR mais "spread" de 1,10% ao ano até 1,30% ao ano. Esta operação tem como garantias locomotivas e recebíveis de contratos comerciais, além dos direitos emergentes da concessão.

Condições restritivas financeiras (covenants)

Os contratos de empréstimos e financiamentos têm cláusulas restritivas relativas à manutenção de certos índices financeiros.

Os covenants, que possuem prazo de carência de até três meses, foram atendidos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

No ano de 2012 alguns *covenants* foram repactuados com os bancos e estão demonstrados na tabela a seguir:



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

		2012	2011
Contratos	Indicadores	Índice padrão	Índice padrão
	- índice de cobertura do serviço da dívida	maior ou igual a 1,5	maior ou igual a 1,5
IFC	- quociente da dívida líquida pelo EBITDA	menor ou igual a 2,5	menor ou igual a 2,5
	- quociente da dívida bruta pelo ativo tangível líquido	menor ou igual a 2,0	menor ou igual a 2,0
BNDES	- dívida líquida / EBITDA	menor ou igual a 2,5	menor ou igual a 2,5
Debêntures 4 ^a	- dívida líquida / EBITDA (*)	menor ou igual a 2,5	menor ou igual a 2,0
emissão	- EBITDA / resultado financeiro	maior ou igual a 4,0	maior ou igual a 4,0
FINIMP	- dívida líquida / EBITDA	menor ou igual a 2,5	menor ou igual a 2,5
	- EBITDA / despesa financeira líquida	maior ou igual a 4,0	maior ou igual a 4,0
Banco Tokyo	- dívida líquida / EBITDA	menor ou igual a 3,0	menor ou igual a 3,0
	- dívida líquida / EBITDA	menor ou igual a 3,0	não aplicável
Dêbentures 5 ^a emissão	- EBITDA / Despesa Financeira Líquida	maior que 4,0 ou menor que 0(zero)	não aplicável

^{*}Em março de 2012 este covenant foi renegociado e passou a ser menor ou igual a 2,5.

19. Dividendo mínimo obrigatório a pagar

O Estatuto Social da Companhia assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 25% do lucro líquido, conforme legislação societária.

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	440.071	520.936
Apropriação para reserva legal	(22.004)	(26.047)
Lucro líquido base para determinação do dividendo	418.067	494.889
Dividendos obrigatórios – 25%	104.517	123.722



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

20. Concessão e arrendamento a pagar

	2012	2011
Concessão a pagar	6.347	6.118
Arrendamento a pagar	120.592	116.240
	126.939	122.358
Circulante	52.402	48.442
Não circulante	74.537	73.916

Os contratos de concessão e arrendamento prevêem que para a exploração dos serviços de transporte ferroviário e arrendamento da malha e dos bens destinados à prestação desses serviços, a Companhia pagará o total em 116 parcelas trimestrais, vencíveis nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2012 restavam 54 parcelas trimestrais de R\$64.865, totalizando o montante de R\$3.502.710. Estes valores já incluem a capitalização dos juros contratuais de 10% ao ano e a atualização monetária até 31 de dezembro de 2012, com base no último índice contratual, IGP-DI – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

As obrigações da concessão são registradas linearmente, pelo regime de competência, e de acordo com os prazos do contrato (360 meses) no passivo circulante tendo como contrapartida os custos dos serviços prestados. O valor registrado no passivo não circulante refere-se ao período de carência (7 meses) que foi apropriado no resultado de acordo com o regime de competência e está sendo liquidado em cada uma das parcelas pagas trimestralmente.

O montante de R\$126.939 em 31 de dezembro de 2012 (R\$122.358 em 31 de dezembro de 2011) refere-se ao reconhecimento das obrigações a pagar pela concessão e arrendamento incorridos até esta data.

Em janeiro de 2013, a Companhia efetuou o pagamento da 63ª parcela do arrendamento e da concessão, no montante de R\$64.865(R\$61.622 e R\$3.243, respectivamente).

21. Provisões para benefícios a empregados

Plano de previdência complementar

A Companhia patrocina plano de previdência complementar aos colaboradores por intermédio de um plano de previdência administrado pela Bradesco Vida e Previdência. O plano de previdência complementar, criado em 01 de julho de 1999, é elegível para todos



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

os colaboradores admitidos a partir daquela data. O plano é de contribuição definida e, portanto, a Companhia, como patrocinadora do plano, não tem obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. O custeio é paritário de modo que a parcela da Companhia equivale a 100% daquela efetuada pelo colaborador de acordo com uma escala de contribuição embasada em faixas salariais.

O plano requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. Os ativos do plano são mantidos por uma entidade aberta de previdência complementar, não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia.

As contribuições realizadas pela Companhia totalizaram R\$6.597 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (R\$5.901 em 31 de dezembro de 2011), as quais foram registradas como despesa do exercício.

Em 31 de dezembro de 2012, existiam passivos atuariais em nome da Companhia, decorrentes do plano de previdência complementar no valor de R\$96, as quais foram devidamente provisionadas.

Plano de assistência médica

A Companhia mantém um plano de assistência médica pós-emprego para um grupo determinado de ex-colaboradores e respectivos cônjuges administrado junto à Seguradora Bradesco Saúde. O plano tem como política a participação parcial de cada colaborador (contribuições fixas mensais), através do modelo de pós-pagamento. Em função da adoção desta política, a extensão deste benefício está garantida ao colaborador e seu grupo familiar após a demissão e aposentadoria (período pós-emprego) conforme os artigos nº. 30 e 31 da Lei 9.656/98, respectivamente, e a Resolução Normativa RN nº 279 de 24 de novembro de 2011.

A Companhia oferece também um plano de pós-pagamento administrado pela Unimed Juiz de Fora. Entretanto, não há usuários aposentados ou demitidos durante o período pós-emprego e a expectativa de adesão dos futuros usuários aposentados é nula.

Em 31 de dezembro de 2012 o plano contava com 16.823 vidas na Bradesco e 693 na Unimed Juiz de Fora, totalizando 17.516 vidas.

A Companhia adota a política contábil de reconhecer os ganhos e perdas atuariais diretamente no resultado, isto é, são totalmente reconhecidos como despesa ou receita do próprio exercício. O plano não possui ativos de cobertura.

As contribuições realizadas pela Companhia ao plano de assistência médica administrado pela Bradesco Saúde S.A e Unimed totalizaram R\$17.610 em 31 de dezembro de 2012 (R\$14.373 em 2011).



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

a. Conciliação do passivo atuarial líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2011	15.401
Ganho reconhecido no resultado	(2.381)
Passivo atuarial em 31/12/2012	13.020

b. Movimentação do Passivo Atuarial:

Passivo atuarial no início do período em 31/12/2011	15.401
Custo do serviço corrente	1.614
Juros sobre a obrigação atuarial	1.618
Ganho nas obrigações	(5.613)
Passivo atuarial em 31/12/2012	13.020

c. Despesa a ser reconhecida na Demonstração do Resultado do próximo exercício:

	2013
Custo do serviço corrente	582
Juros sobre as obrigações atuariais	1.355_
Total da despesa a ser reconhecida	1.937

d. Premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial:

Taxa de desconto	4,75% a.a.
Inflação de longo prazo	5,50% a.a.
Inflação médica (HCCTR)	3,75% a.a.
Fator de envelhecimento	3,00% a.a.
Tábua de mortalidade geral	AT-2000

Seguro de vida

Os funcionários participam de seguro de vida em grupo garantido pela Sul América Seguros. Em 2012 a Companhia contribuiu com R\$587 (R\$534 em 2011) com seguro de vida de seus funcionários.

Cláusula nº 56 do acordo coletivo

Até 30 de abril de 2012 vigorava a cláusula nº 56 do acordo coletivo da Companhia que determinava o pagamento de um aviso prévio adicional, no valor do salário base, nos casos de dispensa sem justa causa de funcionários que contarem com mais de 12 anos de serviços prestados à empresa. A partir de 1° de maio de 2012, está cláusula foi substituída pela 57° que determina a aplicação do disposto na Lei 12.506 de 11 de outubro de 2011.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Em 31 de dezembro de 2012 revertemos o passivo atuarial relativo ao benefício pósemprego, mensurado por um atuário independente em 31 de dezembro de 2011.

22. Provisões para contingências

As provisões para contingências passivas estão compostas como segue:

	2011	Adições	Atualizações Baixas		2012
Previdenciárias e trabalhistas	63.975	25.911	1.019	(13.245)	77.660
Cíveis	35.212	10.485	1.084	(7.071)	39.710
Ambientais	302			(302)	
	99.489	36.396	2.103	(20.618)	117.370

A Companhia é parte em diversas ações de natureza trabalhista, cível, fiscal e ambiental oriundas do curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2012, os valores envolvidos nesses processos totalizavam R\$840.569, dos quais a Companhia provisionou o montante de R\$117.370 (R\$99.489 em 31 de dezembro de 2011), referente aos processos de probabilidade de perda considerada provável por seus consultores jurídicos e cujos valores são quantificáveis. Esse montante não incluiu as contingências de responsabilidade da RFFSA, dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme Edital de Desestatização, item 7.2.

a. Fiscais

No âmbito fiscal, a Companhia é parte em 137 processos administrativos e judiciais. O valor total envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2012, era de R\$352.199. Baseada no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia não efetuou nenhuma provisão referente a estas ações.

Os processos fiscais em curso versam, em sua maioria, sobre o questionamento da exigência de recolhimento (i) glosa de créditos de ICMS incidente sobre bens de uso e consumo, no Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo; (ii) de IPTU sobre bens imóveis operacionais arrendados da extinta RFFSA; (iii) de PIS e COFINS sobre a importação de bens (trilhos e locomotivas), decorrentes do direito ao enquadramento da Companhia dentre os beneficiários do REPORTO (importação com a suspensão do PIS e da COFINS); (iv) de PIS e COFINS sobre a partilha de fretes a pagar (receita de terceiros



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

incluída em nosso faturamento) e (v) exclusão de valores da base de cálculo do PIS e da COFINS.

A seguir são indicados os principais processos fiscais nos quais a Companhia é parte.

ICMS – glosa de créditos bens de uso e consumo – Estado do Rio de Janeiro

Em 06 de janeiro de 2008, foi lavrado o Auto de Infração nº 03.160438-2 (Processo Administrativo nº E-34/046.007/05), decorrente da glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso e consumo, no período de janeiro de 2001 a junho de 2004. O valor atualizado do débito é de R\$47.934. A Companhia interpôs impugnação administrativa à autuação, que foi julgada improcedente. O Recurso Especial interposto pela Companhia foi julgado em 07 de dezembro de 2011, sendo negado provimento ao mesmo, por maioria dos votos. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

Na mesma data (06 de janeiro de 2008), a Companhia foi autuada, pela Secretaria de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro, por motivo de glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso e consumo. O objeto do Auto de Infração nº 03.204072-7 compreende julho de 2004 a dezembro de 2006 (Processo Administrativo nº E-04/451.765/2007), e o valor atualizado desta cobrança é de R\$45.116. A Companhia interpôs impugnação administrativa à autuação, que foi julgada improcedente. O Recurso Especial da Companhia foi parcialmente provido, por maioria de votos, para excluir da autuação os bens integrantes do seu ativo fixo, sendo mantida a glosa de créditos sobre o restante dos bens - insumos considerados pela fiscalização como uso e consumo. Em virtude do esgotamento da discussão na esfera administrativa foi ajuizada a Execução Fiscal nº 0008403-52.2011.8.19.0006, garantida pela Companhia por meio de oferecimento de seguro garantia, tendo sido opostos os competentes Embargos à Execução Fiscal. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

Em 17 de agosto de 2009, foi lavrado o Auto de Infração nº 03.229964-6, decorrente da glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso e consumo, no período de janeiro de 2007 a junho de 2009 (Processo Administrativo nº E-04/041.871/2009). O valor atualizado do débito é de R\$38.421. A Companhia interpôs impugnação administrativa à autuação, que foi julgada improcedente. O Recurso Especial interposto pela Companhia se encontra pendente de julgamento. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

Em 30 de agosto de 2010, foram lavrados os Autos de Infração nºs 03.242426-9 e 03.242427-7, decorrentes da glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso e consumo, nos



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

períodos, respectivamente, de julho de 2009 a junho de 2010 e de janeiro de 2005 a dezembro de 2009 (Processos Administrativos nºs E-04/045.144/2010 e E-04/045.145/2010). O valor atualizado dos débitos é de R\$6.825. A Companhia apresentou impugnações administrativas às autuações, que se encontram pendentes de julgamento. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

• ICMS – glosa de créditos bens de uso e consumo – Estado de São Paulo

Em 07 de dezembro de 2009, foi lavrado o Auto de Infração nº 31245626, decorrente da glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso e consumo, no período de janeiro de 2004 a dezembro de 2005. A Companhia interpôs impugnação administrativa à autuação. Houve decisão desfavorável e a Companhia interpôs Recurso Especial já admitido no que se refere à decadência do direito do fisco de efetuar o lançamento, aguarda-se julgamento. O valor atualizado do débito é de R\$67.029. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

• Execução de honorários na Execução Fiscal nº 2003.006.001251-7 ICMS/RJ - Diferencial de Alíquotas

A Fazenda Pública do Estado do Rio de Janeiro move ação de cobrança de honorários advocatícios nos autos dos Embargos à Execução Fiscal nº 2004.006.006709-0 (Execução Fiscal nº 2003.006.001251-7 – ICMS/RJ – Diferencial de Alíquotas) contra a Companhia. O valor atualizado do débito é de R\$1.120. Já houve decisão favorável à Companhia, contra a qual a Fazenda Pública Estadual interpôs recurso, ainda pendente de julgamento. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

• ICMS – requerimento de aproveitamento de créditos extemporâneos – Estado do Rio de Janeiro

Trata-se de créditos de ICMS decorrentes de aquisições de materiais destinados ao ativo fixo da Companhia, realizadas entre setembro de 2004 e novembro de 2005, no valor de R\$3.193. Em 22 de dezembro de 2011, a Companhia foi intimada acerca da decisão que indeferiu o requerimento de aproveitamento de créditos extemporâneos de ICMS formulado pela Companhia, contra a qual foi interposto recurso, ainda pendente de julgamento. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

• IPTU sobre bens imóveis operacionais arrendados da extinta Rede Ferroviária Federal S/A

A Companhia é parte em 64 processos administrativos e judiciais que dizem respeito à cobrança do IPTU sobre bens imóveis operacionais arrendados da extinta RFFSA por



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

parte de diversos municípios situados nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. O valor dos débitos soma R\$1.095. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

PIS e COFINS sobre partilhas de fretes

Em 10 de abril de 2003, a Companhia foi autuada no valor total atualizado de R\$10.840, pela Secretaria da Receita Federal, em razão da diferença no recolhimento do PIS e da COFINS em função da exclusão dos valores transferidos a terceiros a título de tráfego mútuo da sua base de cálculo, no período de janeiro de 1998 a dezembro de 2002 (Processos Administrativos nº 18471.000721/2003-90 e 18471.000722/2003-34). O Recurso Voluntário interposto pela Companhia foi parcialmente provido para afastar a exigência fiscal das diferenças apuradas no recolhimento do PIS e da COFINS, decorrente da exclusão de sua base de cálculo dos valores transferidos a terceiros a título de tráfego mútuo, no período compreendido entre janeiro e março de 1998, em razão do reconhecimento da decadência do direito da Fazenda Pública de efetuar os respectivos lançamentos. Contra tal decisão foi interposto Recurso Especial pela Companhia, pendente de julgamento. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a possibilidade de perda, razão pela qual não há provisionamento.

PIS e COFINS variação cambial

Em agosto de 2006, a Companhia foi autuada no valor total de R\$97.168, em razão da exclusão dos valores decorrentes de variação cambial da base de cálculo do PIS e da COFINS referentes ao período (não sucessivo) de fevereiro de 2002 a julho de 2004 (Processos Administrativos nºs 18471.000899/2006-83 e 18471.000897/2006-94). Em agosto de 2010 a Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) deu provimento ao Recurso Especial da Companhia, no que se refere ao período de fevereiro a novembro de 2002 (PIS) e fevereiro de 2002 a dezembro de 2003 (COFINS). Em 18 de julho de 2012 a Companhia ajuizou ações anulatórias com objetivo de que os débitos remanescentes de COFINS (18471.000897/2006-94) e PIS (18471.000899/2006-83), incidentes sobre as receitas decorrentes de variação cambial ativa sejam integralmente anulados. Com base no entendimento dos consultores jurídicos, a possibilidade de perda nesse processo é considerada 'possível', razão pela qual não há provisionamento.

Execução Fiscal – PIS e COFINS

Em 20 de outubro de 2010, a Companhia foi citada em relação à Execução Fiscal nº 2009.51.01.530010-0, que objetiva a cobrança judicial de débitos de PIS e COFINS objeto das Certidões de Dívida Ativa nº 70.6.07.012931-62, 70.6.07.013080-20 e 70.7.07.001233-68, cujos montantes atualizados representam R\$5.576, originados dos processos administrativos nº 10070.000466/2002-13 e 10070.000285/2002-89. A Companhia já discutia tais cobranças na Medida Cautelar nº 2007.51.01.016575-0 e Ação Anulatória nº 2007.51.01.023064-0, motivo pelo qual requereu a reunião das ações de



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

modo a ensejar a imediata suspensão do projeto executivo, com a anuência da Fazenda Nacional. Com base no entendimento dos consultores jurídicos, a possibilidade de perda nesse processo é considerada 'possível', razão pela qual não há provisionamento.

Execução Fiscal – PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IRRF

Em 14 de março de 2005 foi ajuizada a Execução Fiscal nº 2005.51.01.510762-7 contra a Companhia, relativa a 05 (cinco) Certidões de Dívida Ativa que versavam sobre PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IRRF. Na época, foi apresentada carta de fiança bancária no valor aproximado de R\$27.448. As inscrições em dívida ativa referentes a IRRF, CSLL e PIS foram canceladas. Foram opostos novos embargos à execução fiscal para discutir os valores remanescentes. Em outubro de 2010 foi iniciada a fase probatória, em que foi requerida a produção de prova pericial pela Companhia. Aguarda-se a elaboração do laudo pelo perito judicial competente. O valor atualizado desta cobrança é de R\$18.914. Com base no entendimento dos consultores jurídicos, a possibilidade de perda nesse processo é considerada 'possível', razão pela qual não há provisionamento.

Manifestação de Inconformidade - CSLL

Em outubro de 2009, a Companhia foi intimada acerca de despacho por meio do qual a Receita Federal do Brasil homologou apenas parcialmente pedido de compensação formulado pela Companhia (Processo Administrativo nº 15374.957982/2009-89), em que foi requerida a utilização de créditos decorrentes de pagamento a maior de CSLL apurada em agosto de 2004, sob o fundamento de que o crédito teria sido consumido em outros pedidos de compensação. Como resultado deste entendimento o valor atualizado do débito da Companhia, decorrente da compensação não homologada, é de R\$353. A Companhia interpôs Manifestação de Inconformidade, que se encontra pendente de julgamento. Baseada no entendimento dos consultores jurídicos a possibilidade de perda nesse processo é considerada 'possível', razão pela qual não há provisionamento.

 Multa administrativa por ausência de licença de construção – Prefeitura de Barra Mansa:

Em 05 de novembro de 2003, a Prefeitura de Barra Mansa ajuizou a Execução Fiscal nº 2003.007.006125-2 para cobrança de multas administrativas aplicadas por motivo de realização de obras na linha férrea, no Município de Barra Mansa, sem a obtenção de licença prévia, no período de março de 2001 a dezembro de 2001 (Processo Administrativo Fiscal nº 079/2001). O valor atualizado desta cobrança é de R\$8.615. A Companhia interpôs embargos à execução fiscal, que aguardam julgamento. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

b. Previdenciárias e trabalhistas

A Companhia é parte em 1.357 ações trabalhistas, que pleiteiam, em sua maioria, diferenças salariais em função do não pagamento de (i) horas extraordinárias; e (ii)



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

adicionais de periculosidade e insalubridade. Em 31 de dezembro de 2012, o valor total das causas trabalhistas era de R\$169.581. Baseada no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisão de R\$77.760 (R\$63.975 em 31 de dezembro de 2011) considerando a perspectiva de perda provável naquelas ações.

c. Cíveis

Atualmente, na esfera cível, a Companhia é parte em 965 ações que versam, em sua grande maioria, sobre responsabilidade civil por acidentes ferroviários. Os objetos das demais ações referem-se à paralisação de tráfego ferroviário em Conselheiro Lafaiete (MG), à legalidade da cobrança por interferências de terceiros em áreas de faixa de domínio, aos contratos de concessão e arrendamento, a Ações Civis Públicas e a ações envolvendo o Clube de Investimento dos Ferroviários da Malha Sudeste – SUDFER.

O valor total envolvido nas referidas ações, em 31 de dezembro de 2012, era de R\$318.066. Seguindo o entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisão de R\$39.710 (R\$35.212 em 31 de dezembro de 2011), referente ao valor estimado das causas com probabilidade de perda "provável".

A Companhia possui seguro com cobertura de danos corporais, danos materiais, morais e prejuízos causados a terceiros, cujo valor da franquia é atualmente de R\$200 por sinistro.

d. Ambientais

A Companhia é parte em 2 processos ambientais, sendo um na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2012, o valor total das causas ambientais era de R\$723. Considerando que a partir de janeiro de 2012, após reavaliação, tais processos judiciais tiveram seu prognóstico alterado para perda "possível", não são objeto de provisão.

e. Outras

A Companhia tem cinco Termos de Ajustamento de Conduta (TAC's) firmados e vigentes, sendo três decorrentes de matéria ambiental e dois de matéria trabalhista. Versam os decorrentes de matéria ambiental sobre poluição do ar e geração de ruídos; versam os decorrentes de matéria trabalhista sobre condições de segurança e medicina do trabalho e práticas limitadoras da atuação dos dirigentes sindicais. Para tais casos não existe provisão.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

23. Patrimônio líquido

a. Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado, no montante de R\$1.086.818 (R\$950.200 em 31 de dezembro de 2011), está dividido em 340.000.000 ações escriturais sem valor nominal, sendo 188.332.687 ordinárias, 82.076.174 preferenciais "classe A" e 69.591.139 preferenciais "classe B".

De acordo com o Estatuto Social consolidado em Assembléia Geral Extraordinária da MRS Logística S.A. realizada em 4 de outubro de 2012, aprovado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, nos termos da Portaria n°13, de 22 de novembro de 2012, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$2.500.000 mediante a emissão de ações ordinárias ou preferenciais, sem guardar proporção entre elas e aquelas já existentes, bem como de debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 22 de março de 2013, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$115.518 utilizando parte das reservas de investimentos constituídas em anos anteriores, conforme proposto pela diretoria executiva.

De acordo com o Edital de Desestatização e o Estatuto Social da MRS, nenhum acionista pode deter participação societária superior a 20% do capital votante. Se este limite for ultrapassado, por determinação da ANTT, o acionista renunciará ao direito de voto e de veto inerente às ações que ultrapassarem este limite.

Em 31 de dezembro de 2012, a participação no capital social da Companhia era conforme segue:

Acionista	Ações Ordii	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Capital Total	
ACIONISIA	Nº de ações	%	Nº de ações	%	Nº de ações	%	
MBR	37.666.526	20,00%	74.301.916	49,0%	111.968.442	32,93%	
CSN	52.414.154	27,83%	40.301.916	26,6%	92.716.070	27,27%	
UPL	37.513.650	19,92%	342.805	0,2%	37.856.455	11,13%	
VALE	36.270.700	19,26%	769.304	0,5%	37.040.004	10,89%	
GERDAU	4.460.127	2,37%	-	0,0%	4.460.127	1,31%	
NACIONAL MINÉRIOS	-	0,00%	34.000.000	22,4%	34.000.000	10,00%	
MINORITÁRIOS	20.007.530	10,62%	1.951.372	1,3%	21.958.902	6,46%	
	188.332.687	100,00%	151.667.313	100,00%	340.000.000	100,00%	



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

b. Direito das ações

Os detentores das ações ordinárias terão direito a voto nas deliberações das assembléias gerais; os de ações preferenciais (classes A e B) terão direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, não terão direito de voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia. As preferenciais da classe B são, por iniciativa do acionista que as detiver, conversíveis em ações ordinárias, na proporção de uma para cada ação ordinária. Tal conversão poderá ser realizada a qualquer tempo, observadas as condições previstas no estatuto social.

Embora sem direito de voto, as ações preferenciais classe B terão direito de eleger, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração, enquanto representarem um mínimo de 25% da totalidade do capital social.

c. Reserva de lucros - reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária e limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo da Reserva Legal era de R\$168.146.

d. Reserva de lucros – reserva para investimentos

A Administração propôs a retenção dos lucros acumulados remanescentes em reserva de expansão no valor de R\$209.034, visando o suprimento de recursos necessários ao cumprimento do orçamento de investimentos de capital da Companhia. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo da Reserva para Investimentos era de R\$1.034.190.

e. Dividendo adicional proposto

A parcela dos dividendos excedente ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, não deverá ser registrada como passivo nas respectivas demonstrações financeiras, devendo os efeitos da parcela dos dividendos complementares serem divulgados em nota explicativa. Portanto, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as seguintes parcelas referentes ao valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório foram registradas no patrimônio líquido como "Dividendo adicional proposto" na data de encerramento das respectivas demonstrações financeiras:



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

	2012	2011
Dividendos adicionais propostos	104.517	123.722

24. Resultado por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (em milhares, exceto valores por ação):

_	2012	2011
Numerador		
Lucro líquido do exercício	440.071	520.936
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias	188.333	188.333
Média ponderada de ações preferenciais - A	82.076	82.076
Média ponderada de ações preferenciais - B	69.591	69.591
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Média ponderada de ações preferenciais ajustadas	166.834	166.834
Denominador para lucros básicos por ação	355.167	355.167
Lucro básico por ação ordinária	1,24	1,47
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Lucro básico e diluído por ação preferencial - A	1,36	1,61
Lucro básico e diluído por ação preferencial - B	1,36	1,61

As preferenciais da classe B são, por iniciativa do acionista que as detiver, conversíveis em ações ordinárias, na proporção de uma para cada ação ordinária. Tal conversão poderá ser realizada a qualquer tempo, observadas as condições previstas no estatuto social.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

25. Receita dos serviços prestados

	2012	2011
Receita operacional bruta		
Serviços de transporte	2.853.386	2.926.629
Partilha de fretes a receber	59.303	74.219
Outras receitas acessórias	354.027	122.617
	3.266.716	3.123.465
(-) Deduções sobre vendas ICMS COFINS PIS ISS	(127.759) (122.380) (26.569) (194)	(115.251) (119.827) (26.015)
	(276.902)	(261.093)
Receita líquida	2.989.814	2.862.372

26. Despesas por natureza

	2012	2011
Combustíveis/lubrificantes	(455.088)	(422.952)
Mão-de-obra e encargos sociais	(430.005)	(352.006)
Depreciação/amortização	(360.666)	(258.933)
Materiais de consumo diversos	(257.790)	(237.948)
Custo da concessão/arrendamento	(234.917)	(218.386)
Serviços de terceiros	(219.546)	(243.327)
Benefícios a empregados	(140.243)	(98.334)
Partilhas de fretes	(55.239)	(51.068)
Crédito presumido ICMS MG	70.573	63.049
Despesas com seguro	(13.495)	(12.470)
Custo com acidente	(6.251)	(11.620)
Honorários da administração	(4.586)	(6.020)
Outros	(96.174)	(95.093)
	(2.203.427)	(1.945.108)



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

	(2.203.427)	(1.945.108)
Despesas gerais e administrativas	(221.969)	(196.705)
Despesas com vendas	(10.875)	(10.346)
Custo dos serviços prestados	(1.970.583)	(1.738.057)

27. Outras receitas e outras despesas operacionais

	2012	2011
Outras receitas operacionais		
Reversão de provisão (a)	-	78.174
Receitas alternativas	42.102	32.588
Venda de sucata	37.518	28.053
Multas contratuais	15.829	21.198
Seguros	10.869	3.953
Prestação de serviços a terceiros	1.142	1.049
Venda de bens patrimoniais	783	1.815
Outras receitas	9.512	13.755
	117.755	180.585
Outras despesas operacionais		
Crédito/Perda tributos	(25.272)	(35.197)
Despesas processuais	(20.183)	(35.465)
Provisões para contingências	(18.259)	(14.154)
Despesa com ICMS	(18.100)	(8.222)
Programa desafio especial	(8.141)	(6.000)
Receitas alternativas	(7.669)	(5.969)
Convênio c/ municípios	(7.414)	(3.913)
Venda sucata	(5.668)	(3.741)
Custo na venda de bens patrimoniais	(4.386)	(17.620)
Prestação de serviços a terceiros	(4.036)	(667)
Multas contratuais	(3.540)	(2.003)
Baixa de materiais	(3.204)	(1.476)
Doações	(2.597)	(356)
Patrocínios	(2.571)	(2.415)
PIS / COFINS sobre outras receitas	(1.854)	(1.524)
Baixa de investimento	(1.397)	(3.125)



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Ajuste de estoque	(1.287)	(16.660)
Outras despesas	(12.110)	(12.431)
	(147.688)	(170.938)
Líquidas	(29.933)	9.647

⁽a) A variação ocorrida deve-se as reversões de provisões ocorridas em 2011 em função da adesão a Anistia da Lei Estadual do Rio de Janeiro que reduziu os valores dos débitos de ICMS, gerando uma baixa de R\$49.176 e à revisão do prognóstico de perda das contingências cíveis no valor de R\$28.998.

28. Receitas e despesas financeiras

	2012	2011
Receitas financeiras		
Variação cambial e monetária	196.365	12.317
Instrumentos financeiros derivativos - swap	93.708	63.367
Rendimentos s/ aplicações financeiras	32.299	40.439
Juros	7.674	1.472
Outras receitas financeiras	7.677	13.740
	337.723	131.335
Despesas financeiras		
Variação cambial e monetária	(211.192)	(61.479)
Juros	(137.056)	(112.412)
Instrumentos financeiros derivativos - swap	(67.364)	(66.987)
Juros e multas fiscais	(668)	(20.946)
Outras despesas financeiras	(3.861)	(3.785)
	(420.141)	(265.609)
Resultado financeiro líquido	(82.418)	(134.274)



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

29. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

	2012		2011		
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Instrumentos financeiros					
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	304.965	304.965	398.548	398.548	
Caixa restrito	26.550	26.550	24.728	24.728	
Contas a receber	36.312	36.312	21.724	21.724	
Partes relacionadas	181.993	181.993	119.315	119.315	
Ganhos em operações com instrumentos					
financeiros derivativos - swap	26.044	26.044	11.899	11.899	
Total	575.864	575.864	576.214	576.214	
Passivos					
Fornecedores	197.210	197.210	340.361	340.361	
Partes relacionadas	7.163	7.163	3.176	3.176	
Empréstimos e financiamentos em R\$	1.647.763	1.647.763	1.527.113	1.527.113	
Empréstimos e financiamentos em USD	405.276	415.337	474.786	485.312	
Debêntures	581.338	581.338	316.057	316.057	
Perdas em operações com instrumentos					
financeiros derivativos - swap	4.086	4.086			
Total	2.842.836	2.852.897	2.661.493	2.672.019	

Operações com instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis de todas as operações com instrumentos financeiros realizadas pela Companhia, em comparação aos seus valores justos:



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

O cálculo do valor justo dos empréstimos considera a cotação de mercado das respectivas operações, com exceção daquelas que (i) não contam com mercado líquido de referência ou (ii) cuja liquidação (valor de saída) possa ser feita sem haver penalização. Para estes casos, o valor justo coincide com o valor na curva.

Classificação dos instrumentos financeiros

	2012			2011			
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	304.965	-	304.965	398.548	-	398.548	
Caixa restrito	26.550	-	26.550	24.728	-	24.728	
Contas a receber	-	36.312	36.312	-	21.724	21.724	
Partes relacionadas	-	181.993	181.993	-	119.315	119.315	
Ganhos em operações com instrumentos financeiros derivativos - swap	26.044		26.044	11.899		11.899	
Total	357.559	218.305	575.864	435.175	141.039	576.214	
Passivos							
Fornecedores	-	197.210	197.210	-	340.361	340.361	
Partes relacionadas	-	7.163	7.163	-	3.176	3.176	
Empréstimos e financiamentos em R\$	-	1.647.763	1.647.763	-	1.527.113	1.527.113	
Empréstimos e financiamentos em USD	-	405.276	405.276	-	474.786	474.786	
Debêntures	-	581.338	581.338	-	316.057	316.057	
Perdas em operações com instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	4.086		4.086	_ _	_	<u>-</u> _	
Total	4.086	2.838.750	2.842.836		2.661.493	2.661.493	

Instrumentos financeiros derivativos

Embora as operações com derivativos tenham o propósito de proteger a Companhia da oscilação oriunda de sua exposição aos riscos de mercado, decidiu-se por não adotar a metodologia de contabilização de cobertura (*hedge accounting*). Desta forma, as operações de *swap* que em 31 de dezembro de 2012 apresentavam saldo líquido a receber no valor de R\$21.958 (saldo líquido a receber de R\$11.899 em 31 de dezembro de 2011), foram contabilizadas no resultado.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

		2012		2011			
Descrição	Valor Nocional	Valor Justo	Vencimentos	Valor Nocional	Valor Justo	Vencimentos	
Contratos de "swap"							
Posição ativa			fev/13			fev/12	
Moeda estrangeira	323.658	360.858	até	390.440	427.956	até	
Posição passiva			dez/16			dez/16	
Taxas (pós)	323.658	333.734		390.440	412.229		

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão distribuídos entre as seguintes contrapartes:

Instituição	MRS Recebe	MRS Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocional Contratado (USD)	Valor Justo dez/12 (R\$) Ativa	Valor Justo dez/12 (R\$) Passiva	Resultado Bruto (R\$) Ativa - Passiva
Contratos de swap								
Santander			01/mar/12	01/out/13	15.000	31.345	27.398	3.947
Goldman Sachs			02/abr/12	01/fev/13	10.000	20.681	19.407	1.274
Banco do Brasil			02/abr/12	01/fev/13	10.000	20.694	19.377	1.317
Bradesco	USD +	100%	02/jul/12	03/jun/13	15.000	31.274	30.928	346
Bradesco	1,30%aa até	até 107% do	01/ago/12	01/jul/13	10.000	20.651	21.016	(365)
HSBC	2,73%aa	CDI	01/ago/12	17/jun/13	10.000	20.636	21.016	(380)
Bradesco			03/set/12	31/mai/13	20.000	41.137	41.540	(403)
JP Morgan			17/dez/12	16/dez/13	5.000	10.222	10.490	(268)
Banco de Tokyo			15/dez/11	15/dez/16	75.000	164.218	142.562	21.656

Total 170.000 360.858 333.734 27.124

1. Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros:



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Nível 1: Instrumentos financeiros que possuem dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2: Instrumentos financeiros que possuem dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3: Investimentos classificados como Nível 3 são os que possuem dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia, com saldo líquido a receber de R\$21.958 em 31 de dezembro de 2012, estão classificados com valor justo através do resultado e estão classificados no Nível 2 para hierarquia de valor justo. Não existem instrumentos financeiros classificados como Nível 3 e Nível 1 na Companhia. Durante o exercício de 2012, não ocorreram transferências entre os níveis.

	2012			2011		
	Valor justo	Nível	Total	Valor justo	Nível	Total
Passivos (Ativos)						
Instrumentos financeiros derivativos	(21.958)	2	(21.958)	(11.899)	2	(11.899)



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

2. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e de curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Companhia também contrata transações com derivativos.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta administração supervisiona a gestão desses riscos e conta com o suporte de um comitê financeiro do Conselho de Administração, contribuindo assim, para a manutenção de uma estrutura de governança em riscos financeiros adequada para a Companhia.

O comitê financeiro recomenda ações à alta administração da Companhia para que as atividades em que se assumem riscos financeiros sejam regidas por políticas e procedimentos apropriados, e aprovadas pelo Conselho de Administração. Todas as atividades com derivativos têm por finalidade a gestão de risco, não havendo quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

O comitê financeiro revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, tendo como principal objetivo reduzir a diferença financeira ou econômica, inesperada, que possa impactar tanto o resultado da Companhia quanto o seu fluxo de caixa esperado. Como objetivo secundário, busca-se minimizar a probabilidade de:

- (i) exigência inesperada de captações adicionais de recursos;
- (ii) que as métricas da MRS violem *covenants* financeiros já assumidos.

Como mecanismo central de gestão de riscos, os controles internos utilizados pela administração da Companhia estão concentrados no acompanhamento do percentual da dívida indexada em moeda estrangeira que se encontra protegida por instrumentos financeiros derivativos. Por esta razão, a maior parte da exposição ao risco cambial da Companhia – oriunda da parcela de dívida indexada em moeda estrangeira – tem sido coberta por contratos de *swap*.

Adicionalmente, a Companhia, não só acompanha o resultado dessas operações por meio do seu valor justo, como também traça cenários de deterioração das variáveis relevantes de mercado, avaliando situações de *stress* e respectivos impactos financeiros.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

3. Política de utilização dos instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como política a mitigação de sua exposição aos riscos de mercado, procurando reduzir o impacto financeiro de flutuações nas taxas de câmbio e de juros. Tal política é implementada através do acompanhamento estratégico da exposição de seus ativos e passivos a essas variáveis, conjuntamente com a contratação de operações de derivativos que permitam o controle dos riscos envolvidos.

As operações com derivativos, basicamente, se dão por meio de *swap* de taxa de câmbio versus percentual do CDI, todas contando com bancos de primeira linha como contraparte e envolvendo taxas prefixadas em moeda estrangeira, não existindo depósito de margem em garantia. Destaca-se que a totalidade das contratações de derivativos tem como finalidade a redução de exposição a riscos, não havendo posições especulativas.

4. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities* e de ações, entre outros, os quais são detalhados abaixo. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

a) Risco de taxa de juros

Representa as variações, em termos de ganhos ou perdas, às quais a Companhia está sujeita por conta de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Assim como em 31 de dezembro de 2011, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia tem uma posição líquida descoberta atrelada à taxa de juros que, gerava um risco de descasamento pouco relevante, uma vez que o aumento de 50% dos juros (CDI e TJLP) produziria um efeito inferior a 4% no saldo líquido.

	Valor cor	ntábil
	2012	2011
Instrumentos de taxa fixa		
Ativos financeiros	4.953	4.535
Passivos financeiros	730.522	524.699
	735.475	529.234
Instrumentos de taxa variável Ativos financeiros	324.007	416.741



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Passivos financeiros	1.498.580	1.318.471
	1.822.587	1.735.212

b) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a uma moeda diferente de sua moeda funcional.

Em especial, sua exposição ao risco de moeda (risco cambial) concentra-se nas compras e empréstimos denominados, basicamente, em dólar norte-americano, que encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 com variação de 8,94% (1,15% em 31 de dezembro de 2011).

	2012	2011
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa e equivalentes de caixa	4.953	4.535
Adiantamento a fornecedores	84.221	46.728
Importações em andamento	3.962	3.750
Instrumentos financeiros - swap	360.858	427.956
	453.994	482.969
Passivos em moeda estrangeira		
Fornecedores	(23.696)	(11.116)
Empréstimos e financiamentos	(405.276)	(474.786)
	(428.972)	(485.902)
Exposição líquida	25.022	(2.933)

A seguir, apresentam-se as variações nos ativos e passivos da Companhia atrelados à taxa de câmbio, decorrentes da aplicação dos cenários de *stress*. Optou-se por manter a ponta ativa do *swap* separada, de modo a deixar o efeito dos derivativos mais evidente.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2012, e buscam simular de que forma um *stress* nas variáveis de risco pode afetar a Companhia. O primeiro passo foi a identificação dos principais fatores que têm potencial de gerar prejuízos nos resultados, que, no caso da Companhia, resumiu-se à



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

taxa de câmbio. A análise partiu de um cenário base, representado pelo valor contábil das operações, ou seja, considerando a ptax de venda de 31 de dezembro de 2012 e os juros acumulados no exercício. Adicionalmente, foram traçados três cenários, I, II e III, que representam, respectivamente, o cenário provável e os possíveis cenários de deterioração de 25% e 50% na variável de risco.

Para realizar a análise, a Companhia utiliza como premissa do cenário provável a taxa de câmbio de final de 2013 divulgada no último Relatório Focus — Bacen anterior ao fechamento do exercício. A partir da taxa de câmbio provável, são gerados os cenários de deterioração de 25% e 50% da variável de risco.

As tabelas abaixo representam a análise de sensibilidade envolvendo o efeito líquido resultante destes choques nas taxas de câmbio para os anos de 2012 e 2011 respectivamente.

Risco de Apreciação do Dólar - 2012

R\$ milhões

Operação	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Hedge - Ponta Ativa de Swap	(8,2)	92,3	184,5
Aplicação em US\$	(0,1)	1,3	2,5
Dívida em US\$	9,2	(103,6)	(207,3)
Risco Líquido da Operação aumento US\$	0,9	(10,1)	(20,2)

Risco de Apreciação do Dólar - 2011

R\$ milhões

Operação	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Hedge - Ponta Ativa de Swap	28,7	99,8	199,6
Aplicação em US\$	0,3	1,1	2,1
Dívida em US\$	(31,8)	(110,7)	(221,5)
Risco Líquido da Operação aumento US\$	(2,8)	(9,8)	(19,8)

	Exposição	Exposição provável	Real	Taxa esperada	Impa	acto
	(R\$ milhões)	(R\$ milhões)			25%	50%
Ponta Ativa de Swap em Dólar	360,9	369,1	2,0	2,1	2,6	3,1
Saldo em Dólar	5,0	5,1	2,0	2,1	2,6	3,1
Dívida em Dólar	405,3	414,5	2,0	2,1	2,6	3,1



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Estas transações estão primariamente denominadas em Real e Dólar.

Risco de crédito

Refere-se à possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

		Valor contábil		
		2012	2011	
	Nota			
Caixa e equivalentes de caixa	4	304.965	398.54	
Caixa restrito	5	26.550	24.72	
Contas a receber	6/8	36.312	21.72	
Partes relacionadas Instrumentos financeiros derivativos -	7	181.993	119.31	
swap	12	26.044	11.89	
Total		575.864	576.21	

a) Contas a receber

A Companhia possui seu contas a receber concentrado em alguns grandes clientes, que também são seus acionistas (vide nota explicativa 7), representando, em 31 de dezembro de 2012, 83,37% do contas a receber total (87,68% em 31 de dezembro de 2011).

Tais clientes demandam transporte de cargas consideradas "cativas" e possuem a mesma política de crédito, determinada nos respectivos contratos de prestação de serviços. Para os clientes com transporte de cargas não "cativas", a Companhia está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua administração, que visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possui provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Pelo fato da carteira de clientes da Companhia estar concentrada em seus acionistas, o risco de crédito é considerado praticamente nulo.

b) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Companhia de acordo com a política estabelecida. Visando minimizar o risco de crédito, a



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Companhia procura diversificar a alocação dos recursos excedentes apenas em contrapartes de primeira linha avaliadas por agências de *rating*. Em 31 de dezembro de 2012, o valor em exposição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$304.965 (R\$398.548 em 31 de dezembro de 2011), dos quais 92% estavam distribuídos entre as seguintes contrapartes: Banco Votorantim; Santander; Caixa e Banco Itaú.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez buscando distribuir os vencimentos de dívida e de instrumentos financeiros derivativos ao longo do tempo, evitando concentrar obrigações em datas pontuais e priorizando o alongamento dos prazos. Adicionalmente, a Companhia tem por política a manutenção de um caixa mínimo disponível, incluindo saldos de aplicações e em conta corrente, além de estabelecer um percentual mínimo de liquidez das aplicações totais.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2012 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Fluxo de Caixa Esperado						
	31 de dezembro de 2012	Até 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos	
Passivos financeiros não deriv	ativos						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$)	2.614.175	211.733	148.721	293.524	1.400.113	560.084	
Passivos financeiros derivativo	os						
Swaps utilizados para hedge (USD)	(21.958)	(1.566)	(2.525)	-	(17.867)	-	

	Fluxo de Caixa Esperado						
	31 de dezembro de 2011	Até 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos	
Passivos financeiros não deriv	ativos						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$)	2.295.554	152.966	136.248	333.009	1.084.551	558.780	
Passivos financeiros derivativo	os						
Swaps utilizados para hedge (USD)	(11.899)	(10.445)	(4.403)	-	2.949	-	



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Cabe ressaltar que os passivos financeiros não derivativos que contam com algum tipo de garantia estão discriminados na nota explicativa 18. Os Passivos financeiros derivativos não possuem nenhum tipo de garantia.

Gestão do capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente através do conceito do Custo Médio Ponderado de Capital. A administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

A dívida em relação ao capital no final do exercício é apresentada a seguir:

	2012	2011
Total do passivo	3.565.173	3.234.744
(-) Caixa e equivalente de caixa	304.965	398.548
(-) Caixa restrito	26.550	24.728
Dívida líquida	3.233.658	2.811.468
Total do patrimônio líquido	2.509.189	2.297.359
Relação da dívida sobre o capital	1,2887	1,2238



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

30. Informações por segmento

Em função de prestar unicamente serviços de transporte de carga na malha sudeste, para fins contábeis e gerenciais, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. As operações da Companhia são controladas, gerenciadas e monitoradas pela administração de forma integrada.

A Companhia possui certo grau de dependência de seus principais clientes, composta especialmente por seus controladores. A receita por cliente está assim representada:

Principais Clientes	2012	2011
VALE / MBR	1.413.046	1.308.255
NACIONAL MINÉRIOS	409.499	379.127
CSN	376.175	403.116
MINERAÇÃO USIMINAS	195.368	131.573
USIMINAS	176.058	162.535
GERDAU	67.514	66.734
Outros	629.056	672.125
	3.266.716	3.123.465

A Companhia não presta serviços para clientes no mercado externo por possuir área de atuação delimitada à malha sudeste, conforme estabelecido no contrato de concessão.

31. Seguros

A Companhia possui as seguintes apólices de seguros para suas operações:

Cobertura	Finalidade	Vencimento	LMI	Franquia
Risco operacional	Cobertura do patrimônio operacional	29 de		
	de propriedade da empresa ou sob sua	dezembro de		
	responsabilidade	2013	160.000	7.000
Responsabilidade civil	Cobertura contra danos causados a	9 de fevereiro		
	terceiros	de 2013	30.000	200
Transporte de cargas	Cobertura de sinistros com cargas em	31 de julho de		_
	transporte	2013	45.000	250

Observações:

LMI – Limite Máximo de Indenização



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

O seguro de responsabilidade civil foi renovado no dia 09 de fevereiro de 2013 com vencimento para 09 de fevereiro de 2014.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos e responsabilidade civil, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

32. Outros assuntos

A partir de 1º de janeiro de 2013, foi adotado a Revisão nº2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas e Passageiro, aprovado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT por meio da Resolução nº 3.847 de 20 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 26 de junho de 2012.

33. Eventos Subsequentes

Reunião do Conselho de Administração

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 22 de março de 2013 foi aprovado o aumento do capital social utilizando parte das reservas de investimentos constituídas em anos anteriores (vide nota explicativa 23, letra "a").

Transações com Partes Relacionadas

Em 12 de março de 2013 foi firmado contrato, no valor de R\$3.812 entre a Companhia e a CSN, tendo como objeto a prestação pela Companhia dos servicos de superestrutura e fornecimento de material para construção de 830 (oitocentos e trinta) metros de linha férrea no terminal ferroviário da CSN (TECAR), localizado no Município de Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro, para atender ao "Virador de Vagões 2" adquirido pela CSN.

Administração: Conselheiros e Diretores

Conselho de Administração

Tufi Daher Filho Presidente

Alexandre Jacob Alves Alejandro Daniel Laiño Daniel dos Santos Junior



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Gabriel Stoliar
Hélio Cabral Moreira
Luiz Fernando Landeiro Júnior
Paolo Felice Bassetti
Paulo Roberto Perlott Ramos
Rosana Passos de Pádua

Membros da Diretoria Executiva

Eduardo Parente Menezes Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Sérgio Barretto Garcia Diretor Comercial

Alexandre Fleischhauer Diretor de Engenharia e Manutenção

Carlos Waack Diretor de Operações

Félix Lopez Cid Diretor de Recursos Humanos e Gestão

Demais Diretores não integrantes da Diretoria Executiva

Elvira Cavalcanti Diretora Financeira

Fabrícia Gomes de Souza Diretora de Desenvolvimento